



# Poder Militar<sup>1</sup>

Reis Friede\*

## RESUMO

Da correlação entre poder militar e soberania e entre direito internacional e postura militar, o articulista tece considerações sobre política nacional e poderio militar, identifica a guerra como instrumento de política nacional, listando seus princípios e principais modalidades no mundo contemporâneo. Em nota complementar, considera *soberania dominante* conjugada à *superioridade militar* e examina a hegemonia militar estadunidense, o direito internacional e a (nova) ordem internacional.<sup>2</sup>

## PALAVRAS-CHAVE

Poder militar, soberania, guerra.

A concepção doutrinária e efetiva do Poder Militar traduz-se, inegavelmente, por uma série de fatores que se originam na idéia conceitual de Soberania e se estendem pelo Direito Internacional e pela denominada Postura Militar, para desaguar, por fim, em ilações de Política Nacional, Poderio Militar e na própria Guerra como instrumento direto de Política Nacional.

### EFETIVAÇÃO DA SOBERANIA E CONCRETIZAÇÃO OBJETIVA DO DIREITO POSITIVO

A soberania constitui-se no elemento abstrato de formação do Estado, que se cris-

taliza, em última instância, através do sincero desejo do conjunto de nacionais (povo) em conceber uma comunidade (Nação) territorial onde a vontade individual ceda espaço para a imposição da vontade coletiva, por intermédio da caracterização de um sinérgico Poder Constituinte.

Não é por outra razão, portanto, que o conceito próprio e específico de Poder Constituinte, na qualidade de poder originário e institucionalizante, é comumente sintetizado como a expressão máxima da soberania nacional, numa evidente alusão ao objetivo último dessa modalidade suprema de exteriorização teórica do poder político, que é exatamente o de trans-

\* Doutor em Direito Público.

<sup>1</sup> Colaboração da ECEME.

<sup>2</sup> Artigo elaborado antes dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA e de seus desdobramentos.

formar a Nação - dotando-a de uma organização político-jurídica fundamental - Constituição - em um efetivo Estado.

Não podemos nos esquecer, neste diapasão, que o Estado se constitui na soma de três elementos básicos, ou seja povo (elemento humano), território fixo (elemento físico ou geográfico) e soberania (elemento abstrato), sendo certo que, de forma simples, o Estado representa a Nação dotada de uma Constituição, ou seja, de uma organização político-jurídica fundamental, em que é estabelecido o direito interno em sua dimensão maior.

A soberania, por efeito conseqüente, caracteriza o Estado, atribuindo-lhe um direito interno ou, em outras palavras, dotando-o de instrumentos de regulação inerentes à vida de seus diversos integrantes, em princípio, de forma legítima (consensual), ainda que, em sua ação prática, de modo compulsório.

De fato, muito embora o direito positivo forjado pela função legislativa do Estado seja consensual, ou seja, resultado da vontade geral manifestada através dos representantes do povo em assembléia, ele também é obrigatório (uma vez concebido), independentemente da vontade de cada indivíduo, em face da prevalência, que passa a existir, da comunidade estatal sobre os seus componentes, individualmente considerados.

Todavia, como a soberania também se constitui, em última análise, em uma abstração, o direito estatal que dela deriva para realmente valer, de maneira genérica e obrigatória, necessita de algum tipo de elemento concreto, que tenha a capacidade de viabilizar, sob o ponto de vista efetivo, a indispensável concretização do

chamado poder de império (poder sobre todas as coisas no território estatal) e do denominado poder de dominação (poder sobre todas as pessoas no território estatal), inerentes ao poder político derivado da soberania. Esse elemento de efetivação se traduz, em última análise, pela sinérgica existência de uma força coerciva de natureza múltipla (política, econômica, militar ou psicossocial), mas que, de modo derradeiro, se perfaz por meio de uma inexorável existência de capacidade militar no sentido amplo da expressão.

Dessa feita, é sempre lícito concluir, neste diapasão analítico, que a soberania (e o direito positivo dela decorrente), embora inicialmente estabelecida por consenso, somente se efetiva, de modo amplo e pleno, com o necessário respaldo em uma capacidade de força efetiva, em mãos do Estado, que seja facilmente perceptível pelos diversos indivíduos que compõem a comunidade social, transformando a inicial abstração da soberania em uma acepção concreta e a percepção ficcional do direito em uma realidade universal e visível.

## **DIREITO INTERNACIONAL E POSTURA MILITAR**

No âmbito externo, ou seja, no cenário particular de projeção da soberania nacional na esfera internacional, a questão torna-se ainda mais complexa, dado que não mais existe, originariamente, o elemento consensual inicial que permite, pelo menos no primeiro momento, a natural caracterização do direito, independentemente da existência plena de uma força efetiva que garanta, de maneira absoluta, a integridade do poder político.

Em essência, é oportuno assinalar que não existe propriamente uma garantia verdadeiramente absoluta (no sentido de total) quanto à integridade do poder político e, especialmente, de suas múltiplas manifestações, inclusive a de cunho legislativo (ou seja, o direito). Ainda assim, é fato que, na esfera internacional, há naturais complicadores, posto que o consenso nacional que origina o Estado (pelo menos, no primeiro momento) resta inexistente, fazendo com que muitos Estados sejam obrigados a coexistir com outros reputados, por algum motivo, indesejáveis, obrigando, em última instância, a existência de elementos de força (caracterizados, sobretudo, por intermédio das forças armadas nacionais) como garantia última da própria sobrevivência do Estado neste ambiente hostil.

Nessa hipótese, bem ao contrário, a soberania nacional deve ser necessariamente reconhecida pela comunidade internacional, permitindo a plena realização dos objetivos nacionais, através de uma efetiva política nacional, o que, na maioria dos casos, em termos práticos, somente é possível através da projeção do poder perceptível do Estado em suas diversas variáveis - econômica, política, psicossocial e, sobretudo, militar.

Não é por outra razão que muitos estudiosos do tema têm comumente se referido a uma concepção doutrinária de soberania dominante, partindo da premissa de que o poder político derivado da soberania, como elemento abstrato, somente se concretiza por intermédio de uma nítida (e superior) postura militar.

Nesse aspecto, existiriam, no cenário mundial, soberanias detentoras de uma

maior parcela de poder efetivo, contrariando a tese central do direito internacional público, que apregoa a coexistência do equilíbrio entre diversas soberanias nacionais. Também, segundo esse ponto de vista analítico, as diversas soberanias, na esfera internacional, somente existiriam de fato quando respaldadas por algum elemento perceptível de força própria (preponderantemente, mas não exclusivamente, de natureza militar) ou de outrem que, nesse caso especial, desempenharia o papel do Estado garantidor, como os diversos casos verificados durante o período histórico denominado Guerra Fria, dotando, em última análise, de plena concreção, a concepção ficcional do direito internacional é estabelecendo, por fim, uma verdadeira e palpável ordem internacional.

#### • *Política Nacional e Poderio Militar*

Não obstante a reação, em certo aspecto mais emotiva do que propriamente racional, de alguns autores, tem sido comum, sobretudo no século XX, o reconhecimento de que a guerra se caracteriza como uma forma inconteste de realização da política nacional e, conseqüentemente, de projeção da soberania na esfera internacional.

Ainda que quase nunca conscientemente desejada, a possibilidade de guerra externa é uma variável prevista (e considerada) por praticamente todos os países que interpretam o emprego da força militar como genuíno instrumento de política nacional, ainda que a ser utilizado em última instância. Não é por outra razão que praticamente inexistem, no mundo atual, Estados que não possuam forças armadas que traduzam, por sua vez, algum

grau do que convencionamos denominar postura militar.

Malgrado toda a sorte de considerações a respeito do assunto, vale registrar, neste contexto, que alguns intelectuais e artistas, durante o transcurso do século XX, de forma no mínimo curiosa, chegaram a defender a importância da guerra no mundo. A mais apaixonante defesa pela guerra, sem dúvida, parece ter sido a declaração de Salvador Dalí, em 1971, que perguntado se, naquela ocasião, seria a única pessoa no mundo a favor da guerra do Vietnã, respondeu:

*Eu não sou somente a favor da guerra do Vietnã, mas a favor de todas as guerras. A guerra é uma empresa saudável, gloriosa. Faz com que os homens sonhem, traz à tona paixões recalcadas, é uma época de esperanças e grandes ilusões. Com isso, com sua intensidade, faz com que a arte, a ciência e as idéias se desenvolvam. Do ponto de vista erótico, as guerras desencadeiam impulsos reprimidos e estimulam a sensibilidade das pessoas. E veja: além de tudo, se houvesse paz o tempo inteiro, nós seríamos vítimas de uma mortal monotonia.*

Sob essa ótica, o poderio bélico representa uma especial variável do poder perceptível (em sentido mais genérico) ou da força efetiva (em um sentido mais específico) de um Estado, permitindo não só a garantia do reconhecimento de sua soberania (numa tradução mais consentânea de independência), mas, acima de tudo, garantindo a sua própria inserção na comunidade internacional e fazendo valer, na prática efetiva, a concepção, em princípio ficcional, do próprio direito internacional.

Não é por outro motivo que, nos Estados desprovidos de instrumentos de for-

ça coativa real, onde inexistia a garantia derradeira da imposição do direito estatal interno, é sempre possível, embora indesejável, que grupos de indivíduos se estabeleçam de forma marginal e paralela ao Estado, tornando refém de sua vontade (não legítima) toda a sociedade organizada, independentemente da natural contrariedade de que tal fato necessariamente acarreta.

Assim, de modo objetivo, é possível analisar didaticamente a anatomia da soberania, desvendando os seus variados graus de exteriorização, desde o sentido mais abstrato até o mais concreto e, sobretudo, caracterizando conceitualmente as expressões poder - como elemento teórico de exteriorização da soberania abstrata, em que a mesma é revestida de autoridade, faculdade, e possibilidade de ação, forjando a sua concepção teórica - e força - na qualidade de elemento efetivo de concreção do poder, em que o mesmo é dotado de vigor e robustez em termos práticos, forjando a concepção da soberania em termos efetivos (Diagrama 1)

Vários são os exemplos, nesse particular, de Estados totalitários que, estabelecidos pela força em insurreições internas, alcançaram o reconhecimento em decorrência, sobretudo, de seu potencial militar. A China Continental, somente reconhecida em 1971, parece ser um exemplo bastante eloqüente dessa realidade, considerando que conseguiu, na qualidade de terceira maior potência militar do planeta, impor ao denominado, à época, Mundo Livre, não só sua representação na ONU, como ainda um lugar permanente no Conselho de Segurança, em substituição à China Nacionalista (Formosa ou Taiwan), entendida, até então, como a única e verdadeira China.

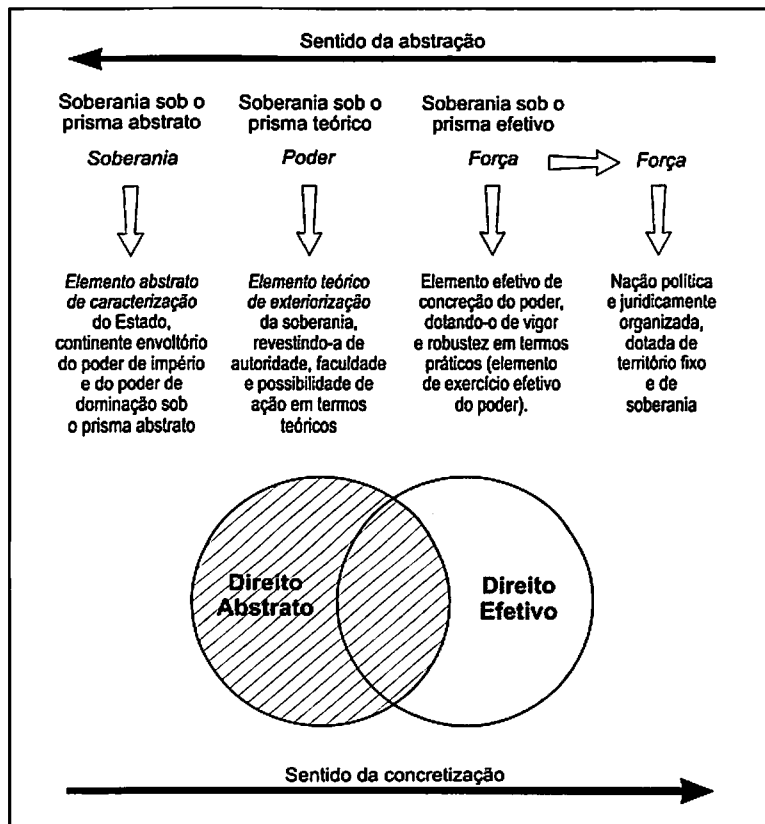


Diagrama 1: Interação do Estado com os Variados Graus de Exteriorização do Elemento Soberania (Anatomia da Soberania)

Corroborando essa assertiva, em sentido contrário, podemos enunciar os bombardeios à antiga Iugoslávia (atual Sérvia e Montenegro) realizados, em 1999, por forças da OTAN, a aliança militar ocidental, que objetivaram impor uma política à região de Kosovo (tecnicamente integrante do Estado iugoslavo), o que somente foi possível em face da relativamente frágil postura militar daquele Estado, em comparação com os membros (nucleares) da OTAN.

Nesse sentido, não faltam exemplos, de diversas Nações que, mesmo desejosas de se transformarem em Estados, sem outras

opções, apenas observaram, como agentes passivos de uma realidade impositiva, suas vontades serem sufocadas por absoluta ausência de uma capacidade militar que, em último grau, respaldasse seus mais legítimos anseios de garantir, no terreno concreto e efetivo, a projeção de suas respectivas soberanias, abstratamente existentes (Diagrama 2).

Aliás, este é, em alguma medida, exatamente o cenário que indiscutivelmente conduziu, associado a outros fatores, diversos Estados, como a antiga URSS e a própria China Con-

tinental, a buscar, num esforço quase paranóico, uma postura militar sem precedentes, e à custa de um enorme sacrifício social, na defesa, pelo menos no primeiro momento, de sua própria sobrevivência como Nação soberana.

No caso da antiga URSS, as dificuldades iniciais para criar um único Estado, ainda que confederativo, forjado através de um verdadeiro mosaico de raças, credos e línguas, somaram-se a um permanente trauma, derivado de um complexo de insegurança decorrente, por sua vez, das constantes invasões territoriais que a mesma sofreu, especialmente por parte do

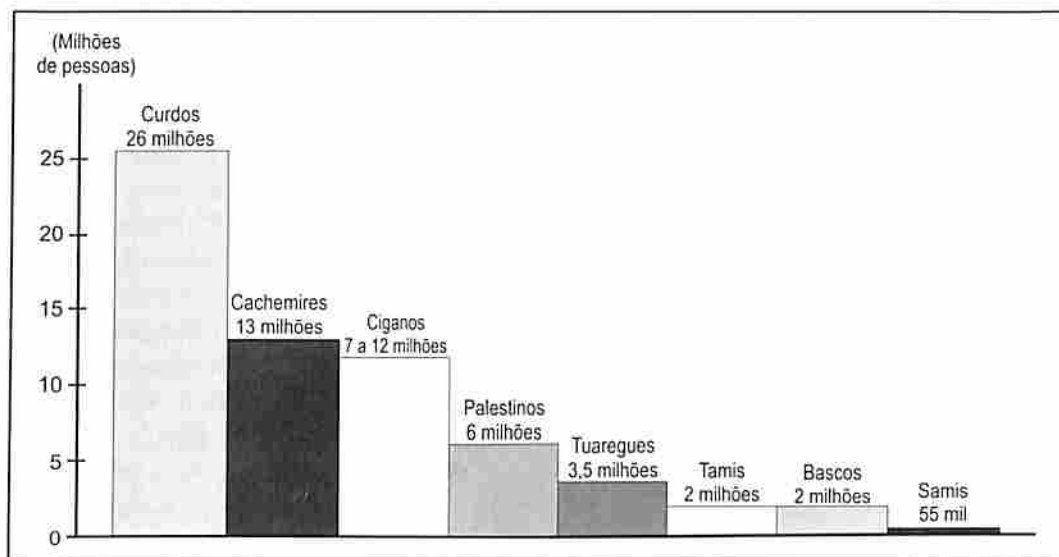


Diagrama 2: Povos sem Terra (Nações que não originaram Estados)

1. *Curdos* – Descendentes dos medos da antiga Pérsia, estão divididos nas regiões montanhosas entre a Turquia, o Iraque, a Síria e o Cáucaso. Depois da Primeira Guerra Mundial, o tratado de Sèvres de 1920 criou um Estado curdo independente, mas o documento ficou caduco três anos mais tarde.
2. *Cachemires* – Estimados em 13 milhões, estão divididos desde a partilha da Índia e Paquistão. Vários movimentos separatistas estão em atividade, principalmente entre os muçulmanos dos Estados indianos de Jammu e Caxemira.
3. *Ciganos* – Seu número é calculado entre 7 a 12 milhões. Originários da Índia, estão divididos entre a Europa Central, principalmente entre os Bálcãs e a Romênia. São nômades e rejeitam a noção de um Estado. Não têm base territorial.
4. *Palestinos* – De um total de 6 milhões de palestinos, cerca de dois milhões e meio se encontram na Jordânia, dois milhões, nos territórios autônomos (um milhão em Gaza) e nos territórios ocupados por Israel e 200.000, em Jerusalém Leste, anexado por Israel.
5. *Tuaregues* – Povo nômade africano que conta com cerca de 3,5 milhões de pessoas divididas através do deserto do Saara, Argélia, Líbia, Mali, Níger e Bukina Faso.
6. *Samis* – Também conhecidos como lapões, são cerca de 55 mil, principalmente nômades, divididos nas regiões polares da Noruega, Suécia, Finlândia e oeste da Rússia. Em todos os países escandinavos, existem parlamentos samis e as comunidades estão bem organizadas.
7. *Tamis* – Dois milhões de Tamis, descendentes de imigrantes procedentes da Índia nos séculos XII e XIV, concentram-se ao norte e ao leste da ilha de Sri Lanka, sudeste da Índia, onde um movimento separatista organiza uma campanha que assola a ilha desde 1984.
8. *Bascos* – De um lado e do outro da fronteira franco-espanhola, são dois milhões na Espanha e outros 250 mil na França. A organização armada separatista ETA realiza há três décadas uma campanha terrorista que já resultou em 800 mortes, em favor de um Estado ao qual não adere a maioria dos bascos espanhóis.

Japão (quando ainda se encontrava com a designação de Rússia Czariana) e da Alemanha (durante a Segunda Guerra Mundial). O resultado, como não poderia deixar de ser, cristalizou um sentimento belicista que, transcendendo as necessidades inicialmente defensivas, criou a segunda potência militar do planeta, ainda que muito de sua capacidade supostamente existente, particularmente nas décadas de 1950 e 1960, fosse fruto de uma bem planejada orquestração que, em seu planejamento global, chegou mesmo a criar, dentre outros aspectos, falsos mísseis, de papelão, para em desfiles, ou mesmo posicionamento para fotografias de satélites espionagens norte-americanos, caracterizar uma potência militar que, em essência, sua condição econômica, de fato, não podia suportar. A este respeito, a oportuna extensa reportagem da revista russa *Vlast* revelou, com riqueza de detalhes, em edição publicada no final dos anos 90, o uso de falsos mísseis GR-1, em maio de 1965, em desfile militar e as inúmeras encomendas, nessa época, de réplicas (ocas e de papelão) de diversos modelos de armas soviéticas.

No caso da China Continental, são conhecidas as pressões que seu potencial militar exerceu sobre os EUA, em particular durante a guerra do Vietnã, impedindo que o poderio estadunidense fosse empregado de modo mais objetivo e eficiente contra o Vietnã do Norte. Aliás, nesse episódio, não é demais lembrar que, no auge das grandes operações em 1967, a China preparou-se para um confronto nuclear com os EUA (a primeira explosão nuclear chinesa havia ocorrido em 1964, transformando, desde então, esse país em uma potência atômica), interiorizando as suas indústrias, temerosa de

que a pressão dos militares norte-americanos vencesse, finalmente, a excessiva cautela do então presidente Lyndon Johnson, que durante os anos de 1965/68 proibiu, os bombardeios e uso de tropas terrestres diretamente contra alvos de valor (postos militares, bases aéreas, quartéis, cidades etc.), ou próximos da fronteira com a China, no Vietnã do Norte, limitando, sobremaneira, o emprego do poder aéreo contra zonas interiorizadas do território norte-vietnamita e criando os famosos santuários que tanto prejudicaram o resultado final das ações da USAF (Força Aérea Americana).

Também, em ambos os casos, são conhecidas as inúmeras situações em que o desenvolvimento do poderio militar resultou diretamente de roubo de projetos estratégicos estadunidenses, como o próprio segredo da bomba atômica (que rendeu a execução do casal Rosenberg) ou, mais recentemente, o furto da tecnologia norte-americana de miniaturização de ogivas nucleares (como a W-88), pelos chineses, durante as décadas de 1980/90, permitindo o desenvolvimento, pela China, dos mísseis balísticos intercontinentais, dotados de múltiplas ogivas nucleares (MIRV).

No caso particular da URSS, curiosamente, foram os próprios EUA que desempenharam um paradoxal papel ativo, transferindo, no auge da Segunda Guerra Mundial, uma contribuição econômica e militar muito superior às necessidades soviéticas, criando, como resultado conseqüente, um formidável excedente de equipamentos e recursos que permitiu, nos anos do pós-guerra, a efetivação de uma notável postura militar.

A esse respeito, vale consignar que o governo soviético, conforme noticiado pe-

los diversos jornais da época (no Brasil, por intermédio de O Globo, de 19.01.44), chegou mesmo a divulgar, em tom ufanista, a gigantesca contribuição americana (e sua efetiva importância) para as incontestáveis vitórias da URSS:

*Recebemos 74 mil aviões, 37 mil tanques pesados, 160 mil tanques leves, vultosa quantidade de material bélico e milhares de toneladas de víveres. E, graças ao programa de empréstimo e arrendamento, só pagamos 98 milhões de dólares por tudo isso!*

#### • *A guerra como instrumento direto de Política Nacional*

Como incontestado instrumento, direto e objetivo de política nacional, a guerra – ainda que empregada como último recurso – tem sido comumente estudada e analisada pelos diversos Estados, forjando em cada um, de forma particular, uma verdadeira doutrina de guerra que, em sua particular consecução, anula, em termos efetivos, o próprio direito internacional, impondo, em conseqüência, o emprego do uso da força como mecanismo último de projeção de poder e, em um nível mais abstrato, de projeção de soberania.

#### • *A guerra, seus princípios e as principais modalidades de guerra no mundo contemporâneo*

A guerra é, em termos objetivos, a ação de impor a vontade ao inimigo pelo uso de um conjunto de forças militares, econômicas, políticas e psicossociais.

Modernamente, com a complexidade do mundo atual, as doutrinas de quase

todas as Nações têm entendido a guerra em três tipos básicos: a guerra clássica, a guerra revolucionária e a guerra fria; cada qual com sua característica e particularidade, mas todas, sem exceção, com o mesmo fim: a incontestada e intransigente defesa dos objetivos nacionais do Estado. (Diagramas 3 e 3A).

A guerra clássica é o conflito que utiliza, sobretudo, ações de caráter militar. A guerra revolucionária, o conflito de maior ocorrência na segunda metade do século XX, utiliza, principalmente, ações de caráter psicossocial e político. A guerra fria é o conflito que utiliza ações, fundamentalmente, de caráter econômico e político.

Independentemente do tipo de conflito, todavia, foram verificados, durante os milhares de anos em que a humanidade faz guerras, certos princípios que, quando seguidos, conduzem mais facilmente à vitória. O primeiro deles é o princípio do objetivo, que deve ser fixado e perseguido até a obtenção dos resultados desejados. O segundo é o princípio da ofensiva. O terceiro é o princípio da segurança. O quarto é o princípio da surpresa, com os fatores básicos de sigilo e velocidade. O quinto é o princípio da massa, concentrando os meios, de modo que se possa obter uma superioridade decisiva sobre o inimigo, no local e momento favoráveis à manobra que se tem em vista. O sexto é o princípio da economia de forças, evitando a dispersão e o desgaste de meios em operações secundárias, uma vez concebida a manobra. O sétimo é o princípio da cooperação com o planejamento em comum. O oitavo e último é o princípio da simplicidade, que visa a atender ao maior entendimento das operações planejadas pelos seus executores.



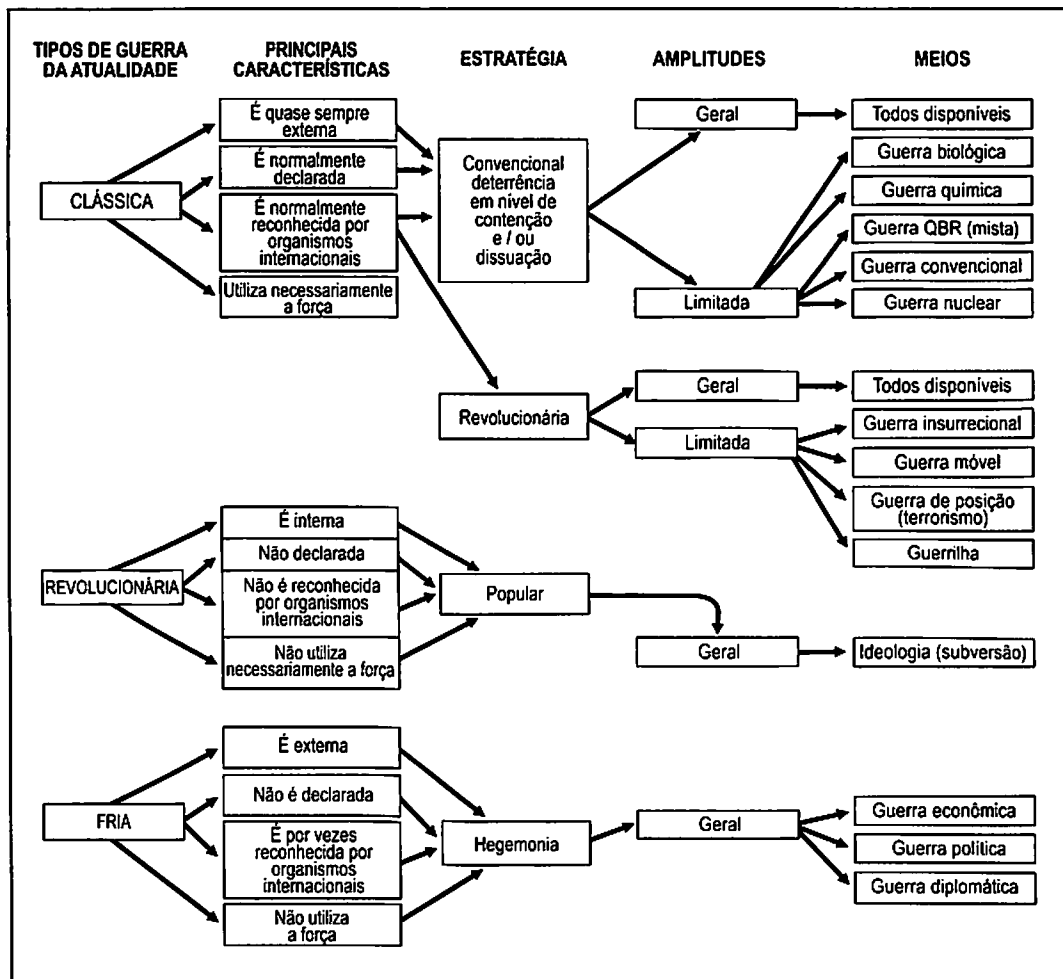


Diagrama 3: Tipos de Guerra da Atualidade

**NOTAS COMPLEMENTARES**

***Soberania Dominante e Superioridade Militar***

Se é sempre verdadeira a afirmação segundo a qual a soberania, abstratamente considerada, somente se efetiva, em termos práticos, através das projeções teóricas do poder perceptível (variáveis econômica, política, psicossocial e, sobretudo, militar) e,

em último grau, da força (particularmente, das forças armadas), não é absurdo concluir que, no concerto mundial das diversas soberanias nacionais, destaca-se aquela que possui, de forma perceptível, a maior soma de fatores efetivos de poder nacional, com especial ênfase no aspecto militar.

Por efeito, uma nítida e superior postura militar sem dúvida gera, em consequência, uma projeção de soberania que, não obstante constituir-se, em termos puramen-

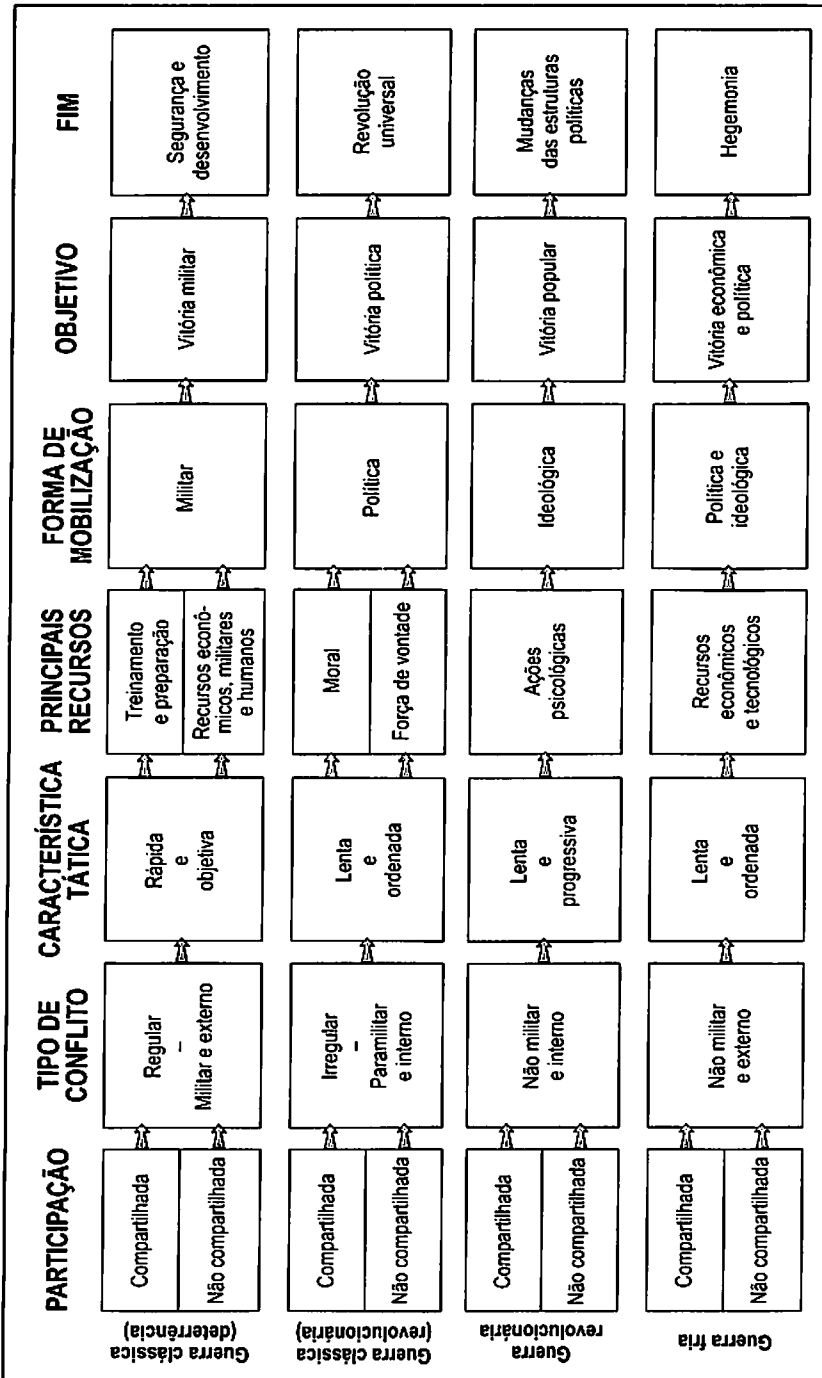


Diagrama 3A: Tipos de Guerra da Atualidade

te acadêmicos (e jurídico-ficcionais), apenas em mais uma soberania no contexto próprio do conjunto de Nações no ambiente internacional, na prática possui uma dimensão muito mais ampla, forjando uma inequívoca concepção de soberania dominante.

É exatamente esta aceção doutrinária que traduziu, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as relações mundiais, caracterizando a denominada bipolaridade de poder global, numa especial alusão às duas maiores potências militares do planeta durante o período da Guerra Fria.

No final do século XX, no entanto, com o fim do Império Soviético e o conseqüente declínio do poderio militar da Rússia (numa mensuração mais em termos operativos do que propriamente quantitativos), uma nova realidade monopolar surgiu, resuscitando a hegemonia norte-americana conquistada no final da Segunda Guerra Mundial, notadamente com o monopólio das armas nucleares - 1945/49 -, e perdida com a construção do monolítico poder militar soviético - 1949/89.

De modo geral, contudo, as cinco maiores potências militares do mundo continuam na mesma ordem estabelecida desde meados da década de 1970, pelo menos em termos estatístico-quantitativos, ainda que seja razoável reconhecer que a nítida superioridade militar estadunidense somente é amplamente perceptível, nessa particular dimensão, em termos qualitativos tecnológicos (Diagramas 4 e 4A).

### *Hegemonia militar norte-americana*

Ciência e tecnologia, sem a menor sombra de dúvida, sempre foram e continuam sendo a principal razão da superio-

ridade militar norte-americana e o motivo central de sua atual hegemonia bélica.

Desde o confronto na Coreia (1950-53), quando, inicialmente, os aviões estadunidenses F-80 Shooting Star (de asa reta) e F-84 (de asa flexa) tiveram problemas com o seu oponente Mig-15, exigindo o rápido envio dos F-86 Sabre, os EUA fizeram uma nítida opção pelo fator qualidade em detrimento, muitas vezes, de um desdobramento maior de forças (quantidade).

Essa opção se tornou mais nítida na década de 1960, quando a ênfase principal recaiu sobre o poder de fogo (e não mais sobre aspectos quantitativos); a concreção dessa escolha mostrou-se mais claramente no conflito vietnamita. De fato, nas duas grandes invasões do território sul-vietnamita por forças de Hanói, em 1968 e em 1972, o contingente de tropas terrestres norte-americanas era sensivelmente diferente (580.000 soldados em 1968, em comparação a apenas 25.000 em 1972, no auge do processo de vietnamização do conflito), embora os resultados operativos tenham sido relativamente semelhantes, graças ao guarda-chuva aeroespacial estadunidense que permitiu, em ambos os casos, a derrota militar da ofensiva adversária.

O emprego de alta tecnologia (e, particularmente, de elevado poder de fogo) - mormente quando realizado sem restrições (o que não ocorreu no Vietnã até 1972 e, em parte, na Iugoslávia em 1999) - tem-se mostrado, nesse sentido, de grande eficiência, como no caso da operação Linebacker II, realizada em dezembro de 1972, que bombardeou ininterruptamente Hanói e Haifong, obrigando a assinatura dos acordos de paz de janeiro de 1973 (que, posteriormente, não foram cumpridos pelo Vietnã

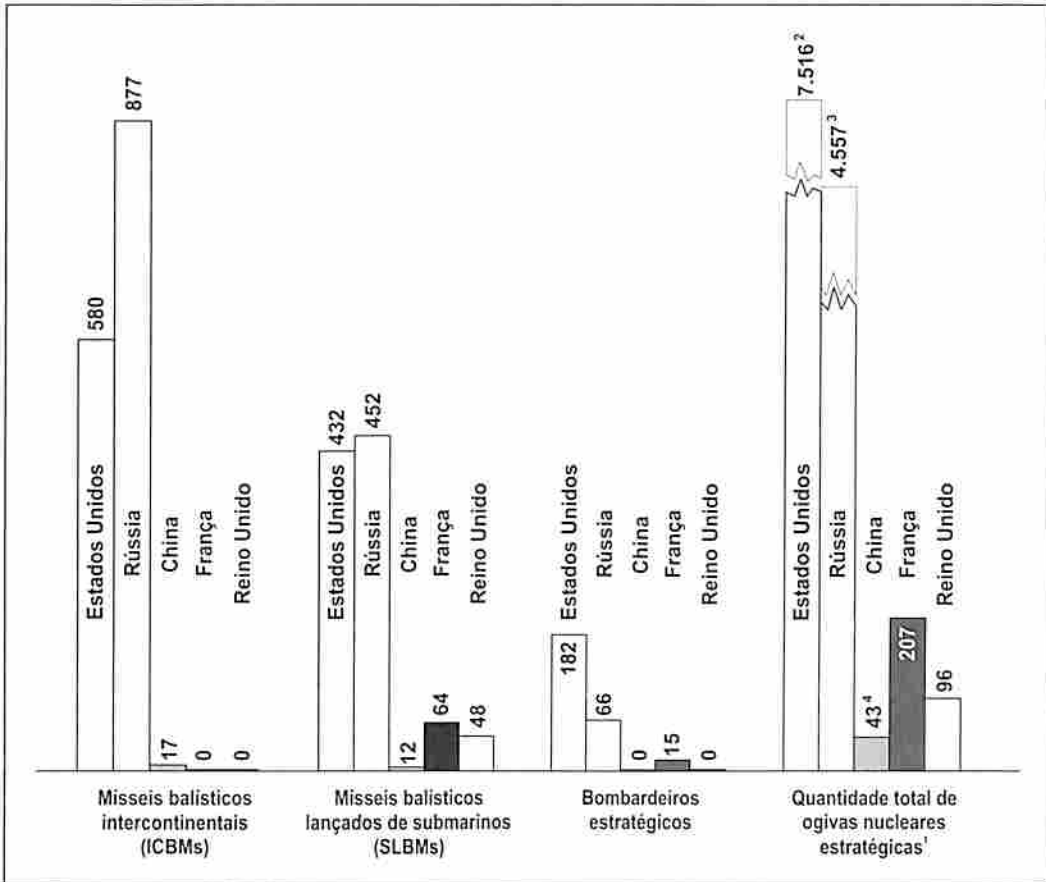


Diagrama 4: Comparação Estatística entre Forças Estratégicas dos EUA, Rússia, China, França e Reino Unido

OBSERVAÇÕES

1. Não incluem ogivas nucleares táticas de alcance limitado e sim apenas ogivas nucleares estratégicas lançadas por ICBMs, SLBMs e bombardeiros estratégicos.
2. Referem-se a 2.090 ogivas lançadas por ICBMs, 3.456 ogivas lançadas por SLBMs e 1.320 ogivas relativas a queda livre lançadas por 15B-2<sup>A</sup> (10 ogivas, em média, por avião) e de, pelo menos, outras 500 ogivas em estoque (total de 1970 ogivas lançadas por avião).
3. Referem-se a 2.857 ogivas lançadas por ICBMs, 1.500 ogivas (estimadas) lançadas por SLBMs e 120 ogivas relativas a mísseis ALCM lançados por 60 TU-95H (duas em média, por avião), além de, pelo menos, mais 80 bombas nucleares de queda livre (total estimado de 200 ogivas lançadas por avião).
4. Quantidade em rápida expansão.

Fonte: Internacional Institute for Strategic Studies; *The Military Balance*. 1997/8, Oxford University Press, London

Mísseis balísticos intercontinentais com base em terra (ICBMs) – Número de ogivas nucleares (*warheads*)

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	1.000/2.450	580 <sup>2</sup> /2.090 <sup>2</sup>	500 <sup>3</sup> /500 <sup>3</sup>
Rússia*		877 <sup>3</sup> /2.875 <sup>3</sup> (E)	800/800
China		17 <sup>4</sup> /31 <sup>4</sup>	50/150
França		0/0	0/0
Reino Unido		0/0	0/0

Submarinos estratégicos porta-mísseis (SSBNs)

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	31	18 <sup>6</sup>	18
Rússia*		29 <sup>7</sup>	20
China		1 <sup>8</sup>	5
França		4 <sup>9</sup>	4
Reino Unido		3 <sup>10</sup>	3

Mísseis balísticos lançados de submarinos (SLBMs)/número de ogivas nucleares (*warheads*)

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	568/4.864	432 <sup>6</sup> /3.456 <sup>6</sup>	336/1.750
Rússia*		452 <sup>7</sup> /1.500 <sup>7</sup> (E)	380/1.000
China		12 <sup>8</sup> /12 <sup>8</sup>	60/180
França		64 <sup>9</sup> /192 <sup>9</sup> (E)	64/192
Reino Unido		48 <sup>10</sup> /96 <sup>10</sup>	48/96

Bombardeiros estratégicos

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	324	182 <sup>11</sup>	187
Rússia*		66 <sup>12</sup>	60
China		0	0
França		15 <sup>13</sup>	0
Reino Unido		0	0

Porta-aviões

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	15(+1)	11(+1) <sup>14</sup>	11(+1)
Rússia*		1 <sup>15</sup>	1
China		0	0
França		2	2
Reino Unido		3	3

Diagrama 4A: Comparação entre o grau de postura militar entre as cinco maiores potências bélicas do mundo atual

**Principais navios de superfície (couraçados/cruzadores/destróieres/fragatas) e submarinos de ataque**

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	287	192	166
Rússia*		188	150
China		115	120
França		56	50
Reino Unido		53	50

**Aviões de combate tático (Força Aérea + Marinha + Fuzileiros Navais)<sup>16</sup>**

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	3.329 + 1.676 + 495	2.644 + 1.598 + 454 <sup>17</sup>	2.600 + 1.500 + 450
Rússia*		1.855 + 329 + 0	1.500 + 300 + 0
China		3.740 + 0 + 0	3.500 + 0 + 0
França		505 + 69 + 0	500 + 69 + 0
Reino Unido		452 + 33 + 0	450 + 33 + 0

**Tanques de combate (MBT) (Exército + Fuzileiros Navais)**

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	14.524 (+271)	7.836 (+ 403) <sup>18</sup>	7.800 (+ 450)
Rússia*		15.500 (+ 0)	10.000 (+ 0)
China		8.500 (+ 0)	8.500 (+ 0)
França		768 (+ 0)	750 (+ 0)
Reino Unido		541 (+ 0)	500 (+ 0)

**Efetivo ativo (em milhares) (Todas as Armas: Exército, Marinha, Aeronáutica e Fuzileiros Navais)**

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	2.069	1.431	1.360
Rússia*		1.240	1.000
China		2.840	2.500
França		381	380
Reino Unido		213	210

**Efetivo ativo (em milhares) (Todas as Armas: Exército, Marinha, Aeronáutica e Fuzileiros Navais)**

	1990/92	1998	Planejado <sup>1</sup>
E U A	1.128	892	835
Rússia*		1.200	1.000
China		1.200	1.000
França		293	290
Reino Unido		380	300

Diagrama 4A: Comparação entre o grau de postura militar entre as cinco maiores potências bélicas do mundo atual

OBSERVAÇÕES

1. De acordo com o Segundo Tratado de Redação de Armas Estratégicas (START II) e com planejamento de cada país considerado.
  2. 530 Minuteman III (LGM-30G), cada um com três ogivas independentes (MIRV) e 50 Peacekeeper (LGM)-118<sup>A</sup>/MX com 10 ogivas independentes e manobráveis (MARV).
  3. 186 Satan (RS-20), a maioria com 10 ogivas independentes (MIRV), 239 Stiletto (RS-18-SS-19) com três a seis ogivas independentes (MIRV) (170 na Rússia e 69 na Ucrânia sem ogivas), 92 Scarpel (RS-22-SS-24), com 10 ogivas independentes (MIRV) e 360 Sickle (RS-12M/SS-25), com uma ogiva única. O total de 2.857 ogivas é um exercício matemático que não corresponde, necessariamente, à realidade, não obstante historicamente, a partir da década de 1980, a antiga URSS possuir mais ogivas nucleares em ICBMs comparativamente com os EUA.
  4. Em fase de expansão, incluindo sete CSS-4 (DF-5) com ogivas múltiplas (MIRV) e 10 CSS-3 (DF-4) com uma ogiva singular.
  5. Mix de 500 Minuteman III (LGM-30G) com uma ogiva cada um, e não mais com três ogivas múltiplas (MIRV) e de 50 Peacekeeper com 10 ogivas múltiplas e independentes (MARV).
  6. Incluídos 18 submarinos classe Ohio (18.000 ton.), 10 dos quais transportando, cada um, 24 mísseis UGM-133A Trident D5, com oito ogivas independentes e manobráveis (MARV), e oito restantes transportando, cada um, 24 mísseis Trident C4, com oito ogivas independentes (MIRV). Não incluídos quatro submarinos, três dos quais armados com 48 mísseis Poseidon C3 (14 MIRVS) e um com 16 Trident C4 (versão de menor alcance).
  7. Incluídos quatro submarinos Typhoon com 20 mísseis SS-N-20 Sturgeon, sete submarinos Delta IV com 16 mísseis SS-N-Skiff, 10 submarinos Delta III com 16 mísseis SS-N-18 Stingray, um submarino Delta II com 16 mísseis SS-N-8 Sawfly e sete submarinos Delta I com 12 mísseis SS-N-8 Sawfly. Não incluído um submarino Yankee com 16 mísseis SS-N-6, três submarinos Delta II com 16 mísseis SS-N-8 e sete submarinos Delta I com 12 mísseis SS-N-8.
  8. Em fase de expansão, incluindo um submarino Xia com 12 mísseis (SS-N-3 (J-I)).
  9. Incluídos três submarinos Le Rodoutable com 16 mísseis M-4 e um submarino Triomphant com 16 mísseis M45. O total de ogivas é, na verdade, inferior a 192, posto que nem todos os mísseis transportam, três ogivas independentes (MIRV).
  10. Incluídos três submarinos Vanguard com 16 mísseis Trident D5 com oito ogivas independentes e manobráveis (MARV), no total de 96 ogivas e não 128, pois nem todos os mísseis estão armados com as oito ogivas originalmente programadas.
  11. Incluídos 95 B-1B, 66 B-52H Stratofortress (equipados com mísseis de cruzeiro ALCM AGM-86B), 15 B-2A (Stealth) Spirit, além de seis B-52H para testes. Mais unidades B-2A Spirit continuam sendo produzidas, até o total projetado de 21 unidades. Não estão incluídos alguns B-52 remanescentes que estão estocados.
  12. Incluídos 60 TU-95H Bear (com mísseis de cruzeiro ALCM AS-15) e seis TU-160. Não incluídos 19 TU-160 e 25 TU-95B ucranianos.
  13. Referentes aos 15 Mirage IVP (mais três unidades em estoque) que serão substituídos por Mirage 2000N que não podem ser considerados estratégicos.
  14. Incluídos sete Nimitz CVN (96.000 ton.), todos nucleares, três Kitty Hawk CVV (81.000 ton.), um Kennedy CVV (80.000 ton.) e um Forrestal CVV (79.000 ton.). O porta-aviões Kennedy se encontra atualmente na reserva naval. Não são incluídos 11 porta-helicópteros (9 LHA e 2 LHP), nove dos quais dotados de aviões de ataque Harrier.
  15. Refere-se ao porta-aviões Kuznetsov CVV (67.500 ton.).
  16. Incluem caças táticos, aviões de ataque, bombardeiros leves e médios e aviões de reconhecimento. Não incluem bombardeiros de longo alcance (estratégicos).
  17. Não estão incluídas as unidades em estoque (reserva não ativa) que totalizam 1.098 aviões na Força Aérea e diversas outras na Marinha e no Corpo de Fuzileiros Navais.
  18. Em sua maioria, M-1 Abrams (7.644), além de 192 M-60 A3.
- (E) = estimativa
- (\*) = o poderio militar russo está sendo considerado, em sua mensuração, em termos puramente estatístico, desconsiderando o fato de que grande parte das unidades computadas não se mostram em condições plenamente operacionais.

do Norte que, mais uma vez, invadiu o Vietnã do Sul em fins de 1974, vencendo a guerra em abril de 1975, quando as tropas sul-vietnamitas, sem o apoio aéreo estadunidense, sucumbiram à superioridade numérica do inimigo) e a repatriação dos soldados norte-americanos.

Mais recentemente, o ressurgimento do denominado Projeto Guerra nas Estrelas (um escudo espacial contra mísseis balísticos), idealizado inicialmente no governo Reagan e, para alguns, um dos responsáveis pelo fim do Império Soviético, levantou preocupações gerais por parte, sobretudo, da Rússia e da China, que interpretam o eventual sucesso dessa empreitada como o rompimento derradeiro do que resta do ténue (e relativo) equilíbrio estratégico mundial.

### *Direito Internacional e a (Nova) Ordem Internacional*

O fim do Império Soviético em 1989, com a desagregação de suas várias repúblicas (processo iniciado com a independência dos países bálticos e culminado com a separação da Rússia, após a tentativa de golpe em 1991, o que obrigou Gorbachov, premier de uma URSS sem território, a entregar o poder de direito a um fortalecido Ieltsin, detentor do poder de fato), sem dúvida corresponde a um marco histórico em que uma nova ordem internacional começou a ser estabelecida sob a hegemonia plena dos EUA.

O primeiro resultado perceptível foi a Guerra do Golfo, onde uma coalizão militar, liderada pelos norte-americanos, impôs, pela primeira vez, sem os riscos naturais de uma confrontação nuclear com

a URSS, a concepção histórica de paz estadunidense, à luz de uma interpretação peculiar do direito internacional, em que as diversas soberanias nacionais seriam sempre respeitadas e, em último caso, garantidas pelo Ocidente pluralista.

Vale relembrar, nesse contexto particular, que a razão das disputas fronteiriças entre o Kuwait e o Iraque se encontra numa antiga reivindicação de Bagdá de que o país vizinho foi criado artificialmente pela Grã-Bretanha a partir do território iraquiano. O lençol petrolífero de Rumeilah, que se estende pelos dois lados da fronteira, constitui um motivo a mais de conflito entre os dois países.

Em 1990, Bagdá acusou o Kuwait de roubar o equivalente a US\$2,4 bilhões em petróleo do lençol. No dia 2 de agosto daquele ano, as tropas de Saddam Hussein invadiram o emirado.

Centenas de tanques iraquianos cruzaram o deserto kuwaitiano, encontrando pouca oposição das forças do país, e em 24 horas ocuparam todo o Kuwait.

A agressão causou uma imediata reação internacional, capitaneada pelos Estados Unidos. O Conselho de Segurança da ONU exigiu a imediata retirada das forças iraquianas, impondo um embargo econômico a Bagdá, sem resultado. Saddam ignorou os apelos e as ameaças de uso da força e anexou o Kuwait ao território iraquiano. Em seguida, o ditador voltou suas atenções para a Arábia Saudita, deslocando milhares de soldados para a fronteira. Os Estados Unidos não perderam tempo e articularam uma coalizão internacional de 39 países para expulsar os iraquianos do Kuwait. Em meados de janeiro de 1991, 670 mil soldados, apoiados em armamen-



to de última geração, estavam a postos para acabar com a aventura militar de Saddam.

O Conselho de Segurança da ONU deu um ultimato ao Iraque para retirar suas tropas do Kuwait até o dia 15 de janeiro, autorizando o uso da força após essa data. Como Saddam não se dobrou às exigências da comunidade internacional, no dia 17 de janeiro, os aliados começaram o bombardeio de Bagdá, dando início à Guerra do Golfo.

Os americanos denominaram a investida Operação Tempestade do Deserto. Dos dois lados, mais de um milhão de soldados estavam no teatro de guerra, a maior concentração de forças militares desde a Segunda Guerra Mundial.

A supremacia aérea aliada foi confirmada nos dois primeiros dias do conflito: o Iraque começou a guerra com a sexta aviação mais poderosa do planeta, mas somente 25 de seus aviões conseguiram levantar vôo, após o sistema de comando e controle ter sido destruído nos ataques iniciais.

Depois de um mês de bombardeio aéreo, as forças terrestres iniciaram um ataque que durou cem horas, expulsando os iraquianos do Kuwait e terminando as operações militares em 28 de fevereiro.

Os aliados perderam 370 soldados nos combates e o Iraque aceitou um cessar-fogo em 6 de abril, tendo perdido mais de cem mil soldados. Milhares de civis kuwaitianos e iraquianos também morreram.

Todavia, passada mais de uma década, o que se vê é a mesma hipocrisia, comum nos anos de guerra fria, em que certos países são severamente punidos, enquanto outros são simplesmente ignorados.

Preocupante, nesse sentido, o perigo precedente aberto com a intervenção da OTAN na antiga Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), onde, pela primeira vez, de forma aberta, ataca-se militarmente um país que não agrediu seus vizinhos, para impor uma autonomia em parte de seu próprio território (Kosovo), o que fez surgir naturalmente uma esperada reação de parte da comunidade internacional.

A questão é, no mínimo, curiosa, posto que o argumento central pela defesa da minoria étnica de albaneses muçulmanos (residente em Kosovo) não resiste a uma análise imparcial, considerando, nesse aspecto, que nada foi feito, por exemplo, a respeito do massacre de 700.000 tutsis, em Ruanda (1994). ●

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Coleção General Benício



### ***Geopolítica e Modernidade***

*Carlos de Meira Mattos*

A obra evidencia a importância crescente da geopolítica nos tempos atuais. Avalia a prevalência dos seus fundamentos, na atualidade, em face das transformações do meio geográfico e dos instrumentos de ação política que interagem nas suas concepções. O autor busca resposta para as questões resultantes da noção de poder e espaço geográfico, à luz da modernidade.